

ILUSTRÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO (EDITAL Nº
041/2010, CONCORRÊNCIA, CODEVASF)

Ref.: CONCORRÊNCIA Nº 041/2010

HIDROSONDAS – Hidrogeologia e Construção Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 02.757.523/0001-02, com sede na Rua Padre Albino, 226, Caminho do Sol, Petrolina/PE, CEP 56.330-580, licitante habilitado, edital concorrência de nº 041/2010, objeto, serviços e fornecimentos para Administração, Operação e Manutenção do Perímetro de Irrigação Rodeias, integrante do Sistema Itaparica, no Estado da Bahia, área de atuação da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF, vem mui respeitosamente e de forma tempestiva, por seu representante legal que ao final assina, apresentar o presente RECURSO ADMINISTRATIVO, com fulcro no art. 109 e seguintes da Lei 8.666/93 e Item 9, e seguintes do edital nº 041/2010, contra decisão dessa competente comissão, referente à fase de habilitação, que considerou habilitado o licitante JM ENGENHEIROS E CONSULTORES LTDA, pelos fatos e fundamentos a seguir elencados.

I – DOS FUNDAMENTOS PARA INABILITAÇÃO DA EMPRESA JM
ENGENHEIROS E CONSULTORES LTDA.

O Recorrente, com relação ao Julgamento de Habilitação dessa competente Comissão, discordar dos critérios adotados, tendo em vista que não foram observados os princípios básicos obrigatórios da Lei de Licitações Públicas, Lei 8.666/1993, nem o edital nº 041/2010, conforme ficará aqui demonstrado.

Licitação é o procedimento administrativo pelo qual uma pessoa governamental, pretendendo alienar, adquirir ou locar bens, realizar obras ou serviços, segundo condições por ela estipuladas previamente, convoca interessados na apresentação de propostas, a fim de selecionar a que se revele mais conveniente em função de parâmetros antecipadamente estabelecidos e divulgados.

A licitação é antes de tudo a disputa em concorrência dos interessados em contratar com a Administração Pública, com fiel observância aos preceitos consagrados em lei, os quais antecedem todo o processo administrativo. Assim, o certame tem que ser justo e as disputantes em iguais condições, tudo isso fielmente ao instrumento convocatório, que neste caso é o edital nº 41/2010, sob a mais estrita regência do Artigo 3º "caput" da Lei 8.666/93:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

A Lei 8.666/93 é ainda mais contundente quanto à vinculação ao edital. Mais adiante, pela força do Artigo 41:

Art. 41 A administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

A vinculação é estrita, não se permitindo descumprimento de normas e condições. Não poderia ser diferente, desde quando a administração tem que ser responsável pelos seus atos, e a convocação em edital foi da sua faculdade.

Apresentados os argumentos e com amparos legais, vamos aos fatos, e porque da discordância quanto ao julgamento.

No caso presente, a licitante JM ENGENHEIROS E CONSULTORES LTDA não tem mais a empresa AGUASOLOS CONSULTORA DE ENGENHARIA LTDA no seu quadro societário, -vale observar que a sociedade só durou pouco mais de 03 meses- assim também não pode dispor de seu acervo técnico.

Auxilia-nos a Professora MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO, que argumenta:

"Embora tenha que haver competição, ela não é inteiramente livre, pois a proteção do interesse público exige a imposição de certas normas que afastam, por exemplo, as pessoas jurídicas não regularmente constituídas, as que não apresentam idoneidade técnica ou financeira."

Assim, quem participa hoje da licitação 041/2010 é a empresa JM ENGENHEIROS E CONSULTORES LTDA, que não reúne os acervos técnicos registrados no CREA em seu nome exigidos no sub-item 5.3.4, letra "c" do Edital.

A idoneidade técnica, nos termos da Lei 8.666/93, trata-se da qualificação profissional para a execução do objeto do contrato. Comprova-se a capacidade técnica pelo registro junto à entidade que disciplina e fiscaliza o desempenho dos serviços prestados pelo licitante, por atestados de desempenho, entre outros documentos. qualificação esta que a empresa JM ENGENHEIROS E CONSULTORES LTDA não possui.

Dispõe o item 5.3.4, letra "c" do Edital 041/2010:

5.3.4. Qualificação Técnica:

...

c) Atestado de Capacidade Técnica, em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica, de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA, comprovando ter a licitante executado serviços similares de porte e complexidade ao objeto desta licitação, constantes das planilhas e estimativas de preços; (grifo nosso)

Com relação à fase de habilitação, leciona o mestre HELY LOPES

MEIRELLES:

Habilitação é o reconhecimento dos requisitos legais para licitar, feito por comissão ou autoridade competente para o procedimento licitatório. É ato prévio do julgamento das propostas. Embora haja interesse da administração no comparecimento do maior número de licitantes, o exame das propostas restringe-se àquelas que realmente possam ser aceitas, em razão da pessoa do proponente. Isto porque a Administração só pode contratar com quem tenha qualificação para licitar, ou seja, capacidade jurídica para o ajuste, condições técnicas para executar o objeto da licitação; idoneidade financeira para assumir e cumprir os encargos e responsabilidades do contrato. Essa habilitação é feita em oportunidades diversas e por sistemas diferentes para cada modalidade de licitação." (grifo nosso)

No caso em tela, a dissolução da sociedade, ou seja, a separação das empresas evidencia o prejuízo na estrutura organizacional voltado para a execução de obras e serviços de engenharia, visto que a capacidade técnica era da empresa AGUASOLOS CONSULTORA DE ENGENHARIA LTDA.

Cumpre ressaltar a preciosa lição de LUCIA VALLE DE FIGUEIREDO, *in literis*:

"A habilitação, uma vez proclamada, não poderá ser reexaminada, por ocorrer a preclusão. Poderá também existir como já assinalamos, chamamento preliminar para a qualificação técnica. Nesta hipótese, só poderão se habilitar à licitação aqueles previamente qualificados. Tal procedimento é utilizado, normalmente, em concorrências de vulto, em que a qualificação técnica é elemento de proverbial importância.

Se houver fato superveniente à habilitação, o licitante poderá vir a ser afastado." (grifo nosso)

Temos que admitir, a possibilidade de ocorrência de fato superveniente de tal ordem que venha a esvaziar o conteúdo do ato da habilitação; e, neste caso, evidentemente, a habilitação terá de ser cassada.

O sub-item 5.3.4, letra "c" do Edital, deixa bem claro que a licitante deve apresentar "Atestados de Capacidade técnica" em seu próprio nome. Esta determinação está bem explicitada no art. 30 da Lei nº 8.666/93, dentro de um critério gramatical, lógico e sistemático e leva à inarredável conclusão de que o legislador ordinário distinguiu, claramente, aptidão técnica da empresa licitante para a execução dos serviços planejados, da aptidão de seu pessoal técnico, com a qualificação de cada um deles.

Com a retirada da AGUASOLOS CONSULTORA DE ENGENHARIA LTDA,
nada resta de acervo técnico para a empresa licitante. Ficou somente o sócio José Expedido Maia Holanda, e que não pode usar de seu acervo particular para atender ao acervo técnico exigido no edital.

Ora, se o próprio da lei impõe a comprovação da aptidão da empresa licitante e de seu pessoal técnico, mister esclarecer que o acervo técnico da empresa não substitui o acervo técnico do profissional e o acervo técnico do profissional não substitui ao acervo da empresa.

A decisão trazida pela licitante faz referência somente ao período que durou a sociedade com a empresa AGUASOLOS CONSULTORA DE ENGENHARIA LTDA, posto que houve uma fusão de empresas. Desfeita a sociedade, cada empresa levou seus conhecimentos, sua capacidade técnica.

Desse modo, está devidamente comprovado que a Licitante JM ENGENHEIROS CONSULTORES LTDA não cumpriu com as exigências do sub-item 5.3.4, letra "c", do presente Edital, devendo ser INABILITADA.

Também devemos observar que os ATESTADOS de capacidade Técnica registrados em nome da Licitante JM ENGENHEIROS CONSULTORES LTDA, não podem ser considerados, posto que não preenchem os requisitos de porte e complexidade dos serviços ora licitados. Sequer chegam a ser similares aos propostos na Licitação.

Por fim, cabe ressaltar que a liminar que tenta a empresa JM ENGENHEIROS E CONSULTORES LTDA, se favorecer, para a aceitação de Atestados Técnicos em nome de outra empresa, qual seja a AGUASOLOS CONSULTORIA DE ENGENHARIA LTDA., foi concedida no sentido de perdurar até o julgamento definitivo da demanda, condicionando ainda à permanência da Empresa AGUASOLOS na composição societária da empresa JM ENGENHEIROS E CONSULTORES LTDA., o que, desde a 3ª alteração contratual registrada em Cartório de Títulos e Documentos, deixou de existir, posto que a AGUASOLOS, há muito, retirou-se do quadro societário da Licitante, não havendo, portanto, o que se falar em obtenção de Acervo Técnico de empresa que sequer figura na data da apresentação da proposta como Sócia da Licitante.

Vejamos o que dispõe o item 5.3.8 do Edital de Licitação:

5.3.8. Toda a documentação apresentada pela licitante, para fins de habilitação, deverá pertencer a empresa que efetivamente prestará o serviço, ou seja, o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ deverá ser o mesmo em todos os documentos, com exceção da CND junto ao INSS e do CRF junto ao FGTS, desde que comprove que os recolhimentos de INSS e FGTS são centralizados. (grifo nosso)

Outra conclusão não é possível chegar, senão pela inabilitação da licitante JM ENGENHEIROS E CONSULTORES LTDA, e, ainda assim, se por ventura a Douta Comissão Técnica de Julgamento, entender necessário, pode se utilizar da prerrogativa do § 3º do artigo 43 da Lei 8.666/93, que dispõe:

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

...

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta. (grifo nosso)

A legislação é clara e evidente quando determina os critérios de isonomia, de vinculação ao edital, como já citamos e elencamos os pertinentes artigos 3º e 41 da Lei 8.666/93. A Comissão de Julgamento enviou-nos seu Relatório de Exame e Julgamento da Documentação da Licitação Relativa ao Edital 041/2010, que nos causou ingratas surpresas.

Afinal é uma disputa, com regras bem definidas pelo instrumento convocatório que lhe deu causa – o edital de nº 041/2010. A fase de habilitação é seletiva e deve apontar as empresas com reais condições de disputa da fase financeira. Em tese, é necessário que se comprove cumprir todas as normas e condições previstas no edital para se habilitar à fase financeira e finalmente a execução do contrato. Esta licitação em especial, possui alto

gabarito técnico e portento financeiro. Sendo de alto porte, portanto disputada em concorrência nacional, o que norteia a administração pública a ser rígida nos princípios legais e nos critérios de julgamento.

II - DOS REQUERIMENTOS

Por todo o exposto, requer a RECORRENTE a essa DOUTA COMISSÃO TÉCNICA DE JULGAMENTO, que reconsidere sua Decisão anterior, deliberando pela **INABILITAÇÃO** da empresa JM ENGENHEIROS E CONSULTORES LTDA.

Requer ainda que, caso não seja reconsiderada a decisão ora guerreada, sejam enviadas as razões em anexo, à apreciação da autoridade hierarquicamente superior, para os fins de direito, conforme prevê o parágrafo 4º do art. 109 da Lei Federal 8.666/93, como também poderemos fazer uso da prerrogativa constante no parágrafo 1º do art. 113 da supracitada Lei.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

Petrolina/PE, 01 de setembro de 2010.



Alton de Souza Castro

REPRESENTANTE LEGAL

HIDROSONDAS - Hidrogeologia e Construção Ltda